

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014**

PREFEITURA MUNICIPAL

**ITAMARATI DE MINAS
MARÇO 2014/**

Prefeita Municipal

Tarcília Rodrigues Fernandes

CPF 521.246.066-20

Integrante do Controle Interno

Maycon Sérgio de Souza

CPF 072.421.326-06

Índice

1. Apresentação

2. Introdução

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

13. Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.

14. Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito Privado.

15. Medidas Adotadas para Proteger o Patrimônio Público, em Especial o Ativo Imobilizado.

16. Termos de Parceria Firmados e Participação do Município em Consórcio Público, as Respectivas Leis e o Impacto Financeiro no Orçamento.

17. Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

18. Conclusão

1. Apresentação

Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa **03/2014** do TCE/MG, apresentamos o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do EXERCÍCIO DE 2014.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2014 deixou evidenciada mais uma vez a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

Nestes aspectos, procuramos durante o ano de 2014, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações de investimento deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA nas ações relacionadas.

Procuramos organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados, inclusive, a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionamos a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se:

- a meta atingida foi a meta proposta?
- não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- a ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também consideramos a arrecadação das receitas do nosso Município, a qual se efetivou de modo esperado (**ou** não se efetivou de modo esperado) (**ou** superou as expectativas), sendo, portanto, suficiente (**ou** insuficiente) para realizar todos os programas/ações definidos no PPA.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a LDO selecionamos dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LOA

Apresentamos, a seguir, a avaliação do PPA e LOA para ações de investimento:

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA NA LOA EXERCÍCIO DE 2014						
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LOA	REALIZAÇÃO			VALOR		
	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)	
Manutencao Ativ. Sec. Agr.Ind.Com.Desenvolvimento	X			30.000,00	47.500,00	
Construcao/Ampliacao de Pracas			X	100.000,00	99.621,26	
Pavimentacao de Ruas e Reforma de Calçadas			X	100.000,00	296.284,33	
Construcao de Pracas/Jardins			X	50.000,00	55.000,00	
Construcao/Ampliacao de UBS	X			50.000,00	30.351,30	
Aquisicao de Veiculos e Equipamentos p/ Saúde - Convenio	x			400.000,00	179.038,64	
TOTAL						

3.2. Metas de Receita, Despesa, Resultado Primário e Nominal

Demonstramos no quadro a seguir, a avaliação das metas fiscais de Receitas, Despesas e Resultado Primário do EXERCÍCIO DE 2014, estabelecidas na LDO, conforme § 1º do art. 4º da LRF:

AVALIAÇÃO DAS METAS DE RECEITA, DESPESA E RESULTADO PRIMÁRIO ESTABELECIDAS EXERCÍCIO DE 2014		
DISCRIMINAÇÃO	META ESTABELECIDADA	REALIZADA
Receita Total	13.107.920,00	13.680.331,17
Receitas Primárias (I)	13.086.718,00	13.568.144,77
Despesa Total	13.107.920,00	13.330.725,85
Despesas Primárias (II)	12.794.641,00	13.142.162,46
Resultado Primário (III) = (i - II)	292.077,00	425.982,31
Resultado Nominal	0,00	(198.290,73)
Dívida Pública Consolidada	1.200.000,00	1.294.643,69
Dívida Consolidada Líquida	400.000,00	(16.445,24)

A LDO estabeleceu o valor de R\$292.077,00 como meta de resultado primário a ser atingida no decorrer do EXERCÍCIO DE 2014. Ao final do exercício tal resultado foi apurado em R\$425.982,31, o que demonstra o grande empenho da administração municipal em cumprir as suas metas e em honrar seus compromissos.

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procuramos, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2014, foi elaborada conforme disposições aplicáveis à espécie, tendo sido aprovada por meio da Lei n.º 714 de 04 de dezembro de 2013.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Consagrando os princípios da democracia e da transparência e, ainda, atendendo ao parágrafo único, do art. 48, da LRF, foi assegurada à população a participação nos trabalhos de elaboração do orçamento.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada por meio de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas transferidas a serem realizadas por outras instituições;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;

- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$13.107.920,00 e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2014			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPEZA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	12.604.148,60	Despesas Correntes	9.080.121,00
Receitas de Capital	2.300.000,00	Despesas de Capital	3.997.799,00
Deduções para o FUNDEB	-1.796.228,60		
SOMA	13.107.920,00	SOMA	13.107.920,00
Recurso Consignado no Orçamento		Reserva de Contingência	30.000,00
TOTAL	13.107.920,00	TOTAL	13.107.920,00

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo manter o equilíbrio das contas públicas.

Desta forma e de maneira bem simples atentamos primeiramente para a receita, geração e montante, e depois definimos a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecemos o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primamos por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentamos para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2014.

Nestes aspectos a programação financeira – Receita, foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2014;

- Nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabelecemos o Cronograma de Desembolso Mensal – Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2014;
- Informações do setor de pessoal da entidade;
- Informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- Indicação das reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a câmara, fundos especiais, fundações e autarquias;
- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;
- Experiência e bom senso.

Durante todo o ano realizamos o acompanhamento da receita e da despesa. Quando era verificada a frustração da receita realizada em relação à prevista, refazíamos todo o planejamento, procedendo assim à limitação de empenho, visando garantir o equilíbrio das contas públicas.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário podemos observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
EXERCÍCIO DE 2014							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)	TÍTULOS	FIXAÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
Receitas Correntes	12.604.148,60	14.659.552,56	2.055.403,96	Créd.Orçamentários e Suplementares	14.461.054,80	13.230.725,85	-1.230.328,95
Receitas de Capital	2.300.000,00	1.064.082,00	1.235.918,00	Créditos Especiais	100.000,00	100.000,00	
Deduções para o FUNDEB	1.796.228,60	2.043.303,39	-247.074,79	Créditos Extraordinários			
Soma	13.107.920,00	13.680.331,17	572.411,17	Soma	14.561.054,80	13.330.725,85	-1.230.328,95
Déficit	1.453.134,80		1.453.134,80	Superávit		349.605,32	349.605,32

Total	14.561.054,8 0	13.680.331,1 7	-880.723,63	Total	14.561.054,8 0	13.680.331,1 7	-880.723,63
--------------	-------------------	-------------------	-------------	--------------	-------------------	-------------------	-------------

O superávit apresentado na coluna execução das despesas demonstra que a Administração Municipal está mantendo o equilíbrio das contas públicas, comprovando que os critérios de planejamento empregados foram satisfatórios. Nosso objetivo é implantar novas formas de planejamento com o objetivo de assegurar o equilíbrio das contas, sem prejuízo dos investimentos necessários nas áreas de atuação do Município, visando desta forma atender plenamente o §1º do art. 1º da LRF.

O déficit apresentado na coluna previsão das receitas é decorrente da abertura de créditos adicionais utilizando-se a fonte de recursos excesso de arrecadação ocorrida na previsão das receitas de recursos livres, conforme quadro 4.4.4.

4.4. Créditos adicionais

4.4.1. Créditos suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal e respeitaram o limite autorizado na LOA, a qual autorizou limite distinto para o grupo de despesa “1 – Pessoal e Encargos” e em leis especiais.

Desta forma, os créditos suplementares para despesas do grupo “1 – Pessoal e Encargos” atingiram o valor de R\$3.885.250,72, conforme Decretos nºs, 23, 26, 37, 49, 52, 63, 66, 71 e 74 e para as demais despesas atingiram o valor de R\$6.001.357,86, conforme quadros abaixo:

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO - 2014 PARA GRUPO “1 – PESSOAL E ENCARGOS”	
Lei Orçamentária de 2014	R\$13.107.920,00
Valor Previsto na LOA Grupo “01 – Pessoal e Encargos”	R\$9.440.796,00
(X) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária Grupo “01 – Pessoal e Encargos”	50%
(+) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados por Leis Específicas	R\$0,00
(=) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	R\$4.720.398,00
(-) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	R\$3.885.250,72
(=) Diferença a Maior ou a Menor	R\$835.147,28

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO - 2014 PARA DEMAIS DESPESAS	
Lei Orçamentária de 2014	R\$13.107.920,00

(X) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	50%
(=) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	R\$6.200.860,00
(+) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados por Leis Específicas	R\$0,00
(=) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	R\$6.200.860,00
(-) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	R\$6.001.357,86
(=) Diferença a Maior ou a Menor	R\$199.502,14

4.4.2. Créditos especiais

Para a abertura dos Créditos Especiais foram observados, os requisitos do art. 40 da Lei nº 4.320/64, do art. 167, inciso V, da Constituição Federal, dos arts. 15, 16, 17 e 45 da LRF e a existência de prévia autorização legislativa. Os créditos especiais atingiram o valor de R\$100.000,00.

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO – 2014	
Total dos Créditos Especiais Autorizados	R\$100.000,00
(-) Total dos Créditos Especiais Abertos no Exercício	R\$100.000,00
(=) Diferença a Maior ou a Menor	R\$0,00

4.4.3. Créditos extraordinários

Não houve.

4.4.4. Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de créditos adicionais

APURAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS – EXERCÍCIO DE 2014				
RECEITAS	DESCRIÇÃO	VALOR ORÇADO	ARRECADADO	DIFERENÇA
0000.00.00	RECEITA TOTAL	13.107.920,00	13.680.331,17	572.411,17
1210.29.00	Contribuição ao RPPS	-	0,00	-
1325.01.02	Rendimento FUNDEB	- 1.343,00	-3.991,47	2.648,47
1724.00.00	Transferências FUNDEB	-1.588.555,00	-1.785.995,46	197.440,46
1760.00.00	Transferências Convênio	-	0,00	-
2100.00.00	Operações Crédito	-	0,00	-
2470.00.00	Transferências Convênio	-2.300.000,00	-1.064.082,00	-1.235.918,00
7210.29.00	Contribuição ao RPPS	-	0,00	-
TOTAL		9.218.022,00	10.780.263,59	1.562.241,59

Conforme quadro acima, houve um excesso de arrecadação de recursos livres no valor de R\$1.562.241,59, sendo que o valor utilizado foi de R\$1.453.134,80.

4.4.5. Superávit financeiro utilizado para a abertura de créditos adicionais

Não houve abertura.

4.4.6. Operações de crédito utilizadas para a abertura de créditos adicionais

Não houve abertura.

4.5. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promovemos aqui uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA								
EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 e 2014.								
EXERCÍCIOS	2012		2013			2014		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	11.070.867,45	15,54 %	11.921.610,31	7,68 %	96%	12.616.249,17	5,8	92,22
Receitas de Capital	995.495,00	730%	497.312,83	-50%	4%	1.064.082,00	114	7,78
TOTAL	12.066.362,45	24,38 %	12.418.923,14	2,92 %	100%	13.680.331,17	10	100

Podemos perceber a partir do quadro acima que a receita total apresentou um crescimento da ordem de 10%

4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaboramos também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos.

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA								
EXERCÍCIOS DE 2012, 2013 e 2014								
EXERCÍCIOS	2012		2013			2014		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	11.238.785,59	10,52%	11.216.572,73	0,19 %	93%	12.362.486,80	10,20	92,73
Despesa de Capital	1.560.907,97	-4,5%	864.139,68	44%	7%	968.239,05	12	7,27
TOTAL	12.799.693,56	8,4%	12.080.712,41	5,6%	100%	13.330.725,85	10,30	100

Diante do demonstrado, podemos constatar que a Despesa Total realizada apresentou um acréscimo no EXERCÍCIO DE 2014 de 10,30%.

4.7. Reserva de Contingência

A LOA do EXERCÍCIO DE 2014 contemplou a reserva de contingência, cuja forma de utilização foi estabelecida na LDO, a qual foi destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, além de fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

Como não ocorreu nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente, a reserva de contingência foi utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária ocorridos no EXERCÍCIO DE 2014, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2014 assim pode ser demonstrada:

BALANÇO FINANCEIRO			
EXERCÍCIO 2014			
INGRESSOS (R\$)		DISPÊNDIOS (R\$)	
Orçamentários	13.680.331,17	Orçamentários	13.330.725,85
Extra-orçamentários	7.774.345,56	Extra-orçamentários	7.964.553,37
Transferências Financeiras Recebidas	706.200,00	Transferências Financeiras Concedidas	706.200,00
SOMA	22.160.876,73	SOMA	22.001.479,22
Disponível no Período Anterior	1.002.528,28	Disponível para o Período Seguinte	1.161.925,79
TOTAL	23.163.405,01	TOTAL	23.163.405,01

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- As receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados se mantiveram na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;

- Foram feitas retenções de Imposto de Renda, quando necessário, as quais foram apropriadas pela Prefeitura como receita orçamentária;
- As aplicações financeiras foram efetuadas em bancos oficiais, tais como:
 - Banco do Brasil
 - Caixa Econômica Federal
- As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida a receita extra-orçamentária;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o patrimônio do Município nos exercícios de 2013 e 2014:

6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL					
EXERCÍCIOS DE 2012 e 2014					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2013 (R\$)	2014 (R\$)	TÍTULOS	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Financeiro	1.012.958,19	1.183.804,31	Financeiro	1.361.563,04	1.182.446,84
Permanente	6.172.587,40	6.497.291,30	Permanente	1.483.207,08	1.294.643,69
Soma do Ativo Real	7.185.545,59	7.681.095,61	Soma do Passivo Real	2.844.770,12	2.477.090,53
Passivo Real a Desc.	0,00	0,00	Ativo Real Líquido	4.340.775,47	5.204.005,08
Compensado	7.185.545,59	0,00	Compensado	0,00	0,00
TOTAL	7.185.545,59	7.681.095,61	TOTAL	7.185.545,59	7.681.095,61

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Ativo Financeiro

- Caixa - não constam valores em caixa (disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12.
- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12.

- Devedores Diversos - o saldo de devedores diversos conferem com os créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

Ativo Permanente

- Constatamos que ainda o controle não é o adequado, necessitando de levantamentos para adequar os valores à realidade.

Passivo Financeiro

- Restos a pagar de 2014 – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores.
- Restos a Pagar de exercícios anteriores - os saldos dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenhos a pagar.
- Depósitos - os saldos dos Depósitos em consignação conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Passivo Permanente

- Dívida Fundada Interna - os saldos dos empréstimos, financiamentos e parcelamentos conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12.

Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo Real e a soma do Passivo Real. Quando a diferença é positiva apura-se o Ativo Real Líquido, caso contrário apura-se o Passivo Real a Descoberto.

Em 2014, apurou-se um Ativo Real Líquido de R\$5.204.005,08

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

Mutações Patrimoniais - Ativas

- O total de bens móveis incorporados por aquisição confere com o total da despesa realizada no elemento 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente;

- O total de bens imóveis de domínio patrimonial incorporados por aquisição e construção confere com a despesa realizada nos elementos 4490.51 – Obras e Instalações, 4490.61 – Aquisição de Imóveis e 4590.61 – Aquisição de Imóveis;

O total de baixa por amortização da Dívida Fundada Interna confere com o total da despesa realizada nos elementos: 4690.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado.

Mutações Patrimoniais - Passivas

Os lançamentos conferem com os as ocorrências passivas ocorridas.

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						
EXERCÍCIO DE 2014						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	1.483.207,08	0,00	0,00	188.563,39	0,00	1.294.643,69
Por Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	1.483.207,08	0,00	0,00	188.563,39	0,00	1.294.643,69

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com o saldo apurado no final do ano anterior.
- O valor da amortização apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com a despesa contabilizada nos elementos de despesa: 4690.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado.

6.4. Limites da Dívida

APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
EXERCÍCIO DE 2014		
TÍTULOS	2013 (R\$)	2014 (R\$)
Dívida Consolidada Líquida (I)	1.280.869,16	1.006.568,89
Receita Corrente Líquida (II)	11.921.630,31	12.616.249,17
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (I / II)	10,74	7,98

Limite de máximo de endividamento em 2014 (1,2 ou o índice aplicado em 2012 com a redução de 5/15, conforme Resolução 40 do Senado Federal.)	15.139.499,00
---	---------------

No exercício de 2013 a Dívida Consolidada Líquida do Município correspondia a menos de 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, mantendo-se abaixo deste fator no EXERCÍCIO DE 2014, estando, portanto, dentro dos limites permitidos pela Resolução 40, de 20/12/2001, do Senado Federal.

6.5. Demonstração da Dívida Flutuante

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE						
EXERCÍCIO DE 2014						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Restos a Pagar	1.213.294,99	569.803,29	0,00	760.084,15	0,00	1.023.014,13
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	133.923,81	6.282.408,39	0,00	6.256.899,49	0,00	159.432,71
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	1.347.218,80	6.852.211,68	0,00	6.256.899,49	0,00	1.182.446,84

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior e o valor.
- O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias e o valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

6.6. Demonstração dos Devedores Diversos

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
EXERCÍCIO DE 2014						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Depósitos e Consignações	9.295,81	70.353,29	0,00	57.770,58	0,00	21.878,52
Total Geral	9.295,81	70.353,29	0,00	57.770,58	0,00	21.878,52

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

6.7. Inventário Geral Analítico

Considerando a necessidade de levantamentos reais dos ativos da Prefeitura, a entidade ainda não conseguiu contar com um Inventário que reflete a realidade local.

6.8. Análise dos Índices das Contas Públicas

ÍNDICE DE PRONTA LIQUIDEZ		
TÍTULOS	2013	2014
Disponível em Caixa e Bancos (A)	1.002.528,28	1.161.925,79
Passivo Financeiro (B)	1.361,563,04	1.182.446,84
Índice de Pronta Liquidez (A/B)	0,73	0,98

** Indica que para cada **R\$1,00** de dívida a curto prazo de 2014, a Prefeitura, a Câmara, os Fundos Especiais, as Autarquias e as Fundações possuem disponível em Caixa e Bancos **R\$0,98**.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULOS	2013	2014
Ativo Financeiro (A)	1.012.958,19	1.183.804,31
Passivo Financeiro (B)	1.361,563,04	1.182.446,84
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	0,74	1,00

** Indica que para cada **R\$1,00** de Passivo Financeiro de 2014, a Prefeitura, a Câmara, os Fundos Especiais, as Autarquias e as Fundações possuem disponível **R\$1,00**.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULOS	2013	2014
Ativo Real (A)	7.185.545,59	7.681.095,61
Passivo Real (B)	2.844.770,12	2.477.090,53
Índice de Liquidez Real (A/B)	2,52	3,10

** Indica que para cada **R\$1,00** de compromisso a curto, médio e longo prazo de 2014, a Prefeitura, a Câmara, os Fundos Especiais, as Autarquias e as Fundações possuem de **R\$3,10** de ativo real.

Os índices de pronta liquidez e imediata aumentaram em 2014, se comparado com 2013, o que demonstra que a Administração está mantendo o equilíbrio das contas públicas.

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

Não foram realizadas Operações de Crédito no EXERCÍCIO DE 2014.

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

◆ Prefeitura

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$569.803,29, sendo R\$525.681,82 restos a pagar processados e R\$44.121,47, restos a pagar não processados.

◆ Câmara Municipal

Não houve inscrição em restos a pagar.

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2014		
TÍTULOS	R\$	%
Receita Corrente Líquida (A)	12.616.249,17	
Gastos com Pessoal do Município (B) (percentual = B/A x 100)	7.267.422,82	57,60
Gastos com Pessoal do Poder Executivo (C) (percentual = C/A x 100)	6.767.964,47	53,64
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D) (percentual = D/A x 100)	499.458,35	3,96

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do Poder Legislativo não poderão exceder a 6% e os do Poder Executivo a 54%. Demostramos no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia o cumprimento da norma legal.

Até 30 dias após o encerramento de cada semestre, a Administração divulgou os valores apurados, regularizando os excessos de gastos nos dois quadrimestres seguintes, quando se tornou necessário.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

10.1. Aplicação no Ensino Infantil e Fundamental

APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL	
EXERCÍCIO DE 2014	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	10.899.129,40
Gastos com Ensino, incluindo dedução do FUNDEB (B)	3.106.202,50
Percentual Aplicado no Ensino (B/A) *100%	28,49

Conforme pode ser observado, os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Os restos a pagar do ensino possuem recursos financeiros correspondentes na conta bancária vinculada ao ensino e nos repasses efetuados até o primeiro decêndio de 2015

10.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB -	
FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
EXERCÍCIO DE 2014	
TÍTULOS	VALOR (R\$)

Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras) (A)	1.789.986,93
Despesas Empenhadas no Exercício c/a Remuneração dos Profis.Magistério (C)	1.347.086,00
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério (C/A) * 100%	75,25%

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a legislação vigente.

Os recursos recebidos do FUNDEB no EXERCÍCIO DE 2014 foram totalmente aplicados, restando um saldo de apenas R\$2.265,44 para aplicação no exercício seguinte, cuja conta bancária tem o número 22.094-9, tendo em vista que a obrigatoriedade de cumprimento dos limites são estabelecidos anualmente.

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverão ser equivalentes a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências.

APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		
EXERCÍCIO DE 2014		
TÍTULOS	VALOR	%
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	R\$10.899.129,40	100%
Gastos nas Ações e Serv. Públicos de Saúde com recursos próprios (B) [percentual = (B/A) * 100]	R\$1.979.535,02	18,16%

O Município aplicou nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2014, com recursos próprios, mais do que 15% (quinze por cento) da base de cálculo.

Os restos a pagar da saúde possuem recursos financeiros correspondentes na conta bancária vinculada e nos repasses efetuados até o primeiro decêndio de 2015.

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Não houve

13. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO EXERCÍCIO DE 2014		
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2012.	Limite Máximo de Repasses 7% das receitas arrecadadas em 2012, conforme primeira coluna.	Repasse Realizado
R\$10.204.411,59	R\$714.308,81	R\$706.200,00

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo obedeceram o disposto na Emenda Constitucional 25/00. O Poder Executivo atentou tanto para o limite máximo, quanto para o mínimo.

14. Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito Privado.

ENTIDADE	VALOR REPASSADO	VALOR APLICADO	NATUREZA
AMM - ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICIPIOS	6.720,00	6.720,00	Contribuições
ASSOC.DOS AGRICUL.FAMIL. DE ITA.DE MINAS E REG.	20.824,00	20.824,00	Contribuições
ASSOCIAÇÃO DOS COM. DE CARNE DE ITAMARATI DE MINAS	22.400,00	22.400,00	Contribuições
CNM- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS	5.192,00	5.192,00	Contribuições
ASSOC.DE ESTUD.UNIVER.E TEC.DE ITAMARATI DE MINAS	108.360,00	108.360,00	Subvenções
ASSOCIACAO COMUNIT.DE DESENV.SUST.IT AMARATI MINAS	120.000,00	120.000,00	Subvenções
ASSOCIACAO COMUNITARIA DE ITAMARATI DE MINAS	8.688,00	8.688,00	Subvenções
ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DE CAPOEIRA ITAM.DE MINAS	8.688,00	8.688,00	Subvenções
CORPORAÇÃO MUSICAL SANTA	8.688,00	8.688,00	Subvenções

CECILIA DE IT.MINAS			
OLARIA ESPORTE CLUBE	7.240,00	7.240,00	Subvenções
TUPI FUTEBOL CLUBE	8.688,00	8.688,00	Subvenções

Os valores repassados a título de transferências de recursos públicos a entidades de direito privado foram autorizados por Lei Municipal.

Todas as transferências realizadas obedeceram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o limite das dotações consignadas no orçamento e respectivos créditos adicionais autorizados, além das exigências da lei autorizativa, em especial:

- que atendesse direto ao público, de forma gratuita;
- não possuir débito de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente, e prestasse contas dos recursos recebidos em 2014;
- apresentasse declaração de regular funcionamento nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2014 por autoridade local;
- comprovasse a regularidade fiscal, mediante apresentação das certidões negativas de débitos;
- comprovasse a regularidade do mandato de sua diretoria;
- ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;
- apresentasse o Plano de Aplicação dos Recursos, especificando as metas e objetivos;
- existência de recursos orçamentários e financeiros;
- celebrasse o respectivo convênio.

As prestações de contas dos recursos transferidos às entidades de direito privado foram devidamente encaminhadas e foram totalmente aprovadas pelo órgão competente da Prefeitura.

15. Medidas Adotadas para Proteger o Patrimônio Público, em Especial o Ativo Imobilizado.

Para proteger seu patrimônio, fazendo com que o mesmo evolua, o Município realizou no exercício de 2014, as seguintes medidas:

No exercício de 2014, houve um superávit proveniente de aquisições, construções, além das amortizações, cujos pagamentos vem sendo cumpridos rigorosamente, diminuído, portanto, o passivo permanente do Município.

16. Termos de Parceria Firmados e Participação do Município em consórcio Público, as Respectivas Leis e o Impacto Financeiro no Orçamento.

Termo de Parceria	Consórcio	Lei Autorizativa	Impacto Financeiro no Orçamento
Contrato de Rateio	Consórcio Intermunicipal de Saúde União da Mata - CISUM		0,14 %

17. Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

O Poder Executivo cumpre os prazos de envio do SICOM, conforme determina a Instrução Normativa nº. 10/2011, alertando ainda a Câmara Municipal sobre a referida obrigatoriedade, não sendo possível intervir, caso não ocorra o envio por parte do Poder Legislativo, considerando autonomia dos poderes e ainda utilização de sistema informatizado diferente daquele utilizado pela Prefeitura.

18. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a *Instrução Normativa nº 005/2014* e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas, acompanhou, ainda que de forma precária a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do EXERCÍCIO DE 2014.

Procedemos ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2014, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob

a responsabilidade da administração. Verificamos o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Receitas mensais para verificação dos limites estabelecidos pela EC 25/00 e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura, Câmara, Fundos Especiais, Autarquias e Fundações em 31 de dezembro de 2014, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Itamarati de Minas, 09 de março de 2015

Maycon Sérgio de Souza
CPF: 072.421.326-06